

Ata da V Reunião de Trabalho do Comitê Tempo de Justiça 2023

| | |
|-------------------|---|
| ATA CTJ N° | 06/2023 |
| Título | Reunião do Comitê do Tempo de Justiça |
| Local | Sala da Associação Cearense dos Magistrados - ACM |
| Data | 31/08/23 |
| Horário | 10:00 às 13:00 |

Participantes:

| Nome | Instituição | Função |
|---|-------------|--|
| Desa. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves | TJCE | Desembargadora |
| Dr. Antônio Edilberto Oliveira Lima | TJCE | Juiz Coordenador das Varas do Júri |
| Dr. Raimundo Lucena Neto | TJCE | Juiz da 5ª Vara do Júri |
| Dra. Márcia Lopes Pereira | MPCE | Promotora de Justiça |
| Dr. Leandro Sousa Bessa | DPCE | Defensoria Pública |
| Dr. Ricardo Gonçalves Pinheiro | DHPP | Diretor da DHPP |
| Dra. Teresa Cristina Cruz | PC | Delegada Adjunta |
| Dr. Julius Cesar Nogueira Torres | PEFOCE | Perícia Criminal |
| Paulo Ítalo Sales Carlos Alves | Vice Gov | Ass. Especial da Vice-Governadoria |
| Karlos Raphael Bezerra | ViceGov | Vice Governadoria |
| Rafael dos Santos Sousa | ViceGov | Vice Governadoria |
| José Ivo de F. Lima | ViceGov | Agente de Informação do Tempo de Justiça |
| Carla Ponte | ViceGov | Agente de Informação do Tempo de Justiça |
| Israel Grangeiro Landim | TJCE | Assistente da 13ª Vara Criminal |
| Thales Dantas | TJCE | SETIN TJCE |
| Socorro Gomes | TJCE | 5ª Vara do Júri |
| Helana | TJCE | Assistente do Gabinete da Des. Angela |
| Francisco Marcos Pereira de Oliveira | TJCE | SETIN |

Encaminhamentos:

Reunião iniciada às 10h, com a presença dos representantes do comitê, e de convidados acima listados.



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

Iniciados os trabalhos, a Desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves saudou e agradeceu a presença de todos. Em seguida, ressaltou a importância da colaboração de todos os parceiros para o bom desempenho do Programa, haja vista a necessidade de acompanhamento diuturno dos prazos processuais.

Em seguida, apresentou a ata da reunião anterior para a aprovação dos presentes, o que foi feito.

Ato seguido a Des. Ângela informou que pediu ao Ivo para elaborar um relatório sobre os 6 primeiros meses do Programa Tempo de Justiça.

Em seguida, a Des. Ângela apresentou, *en passant*, o que foi feito desde a reunião de julho até a presente data. Informou que foram feitas reuniões com os Juizes das Varas do Júri. Também foram extraídas as pautas de audiências das unidades e os mapas de datas disponíveis para realização de mais audiências. Apresentou os números de processos de 2023. Solicitou que, a partir de hoje, os processos do Tempo de Justiça 2023 e Tempo de Justiça Mulher sejam tarjados a partir de julho, apesar de que todos os de 2023 serão monitorados. Comunicou que foi feita uma reunião com o Diretor da CEMAN e ele informou que orientará os oficiais de justiça para darem prioridade no cumprimento dos expedientes dos processos do Tempo de Justiça, devendo as unidades destacar os expedientes deles decorrentes. Será definido esse destaque e posteriormente será lançado ofício-circular com as orientações referentes às tarjas e expedientes. Informou que a portaria do grupo de apoio de magistrados para as Varas do Júri já está pronta. Esse grupo terá como objetivo impulsionar a capacidade de realização de audiências e sessões do Júri. Pediu a cooperação do Ministério Público, através da Dra. Márcia. Destacou que a 4ª Vara do Júri está apenas com um promotor.

Nesse momento, a Dra. Márcia pediu que fosse comunicada formalmente, através de ofício encaminhando a pauta e solicitando um promotor.

Seguidamente, a Des. Ângela solicitou à Dra. Marcia e ao Dr. Leandro, a criação de um fluxo para facilitar a comunicação, para acelerar a comunicação e solucionar casos pontuais para evitar a frustração de audiências dos processos do Programa Tempo de Justiça. Ilustrou com um caso em que as partes estavam presentes em audiência, mas o ato deixou de ser realizado em razão da ausência de Defensor Público.

O Dr. Leandro informou que pode ser esse contato, em relação à Defensoria Pública. Já a Dra. Márcia informou que não está em um cargo da administração, mas pode ser uma ponte com a Secretaria-Geral do Ministério Público. Os contatos serão passados no grupo do Whatapp.



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

A Des. Ângela informou que a planilha com o andamento dos processos pode ser fornecida às unidades, para facilitar o planejamento semanal.

Em seguida, a Des. Ângela retomou os compromissos que foram firmados na última reunião. Todos foram devidamente cumpridos.

Incontinenti, Karlos Raphael e Rafael apresentaram o protótipo do novo painel do Tempo de Justiça e do Tempo de Justiça Mulher, no estágio de 100% de produção. Trata-se da versão para homologação. Rafael informou que, caso a versão seja aprovada, é necessário um prazo de 60 dias para entregar o painel funcional e publicado para acesso. Informou que é preciso definir as políticas de acesso de cada instituição. Também é necessário definir as informações que serão exibidas para cada perfil.

A Des. Ângela opinou que, quem tenha o acesso, possa ver todas as informações disponíveis. No entanto, o painel deve exibir apenas os dados referentes a inquéritos policiais e ações penais, restringindo o acesso aos procedimentos sigilosos. Os membros concordaram.

Oportunamente, Israel Landim apontou que é necessário criar um filtro por unidade. Cada Vara poderá visualizar os dados gerais e os específicos de sua unidade, para poder otimizar os trabalhos. A sugestão foi acatada pelos presentes.

A Des. Ângela solicitou ao Ivo a elaboração de um ofício-circular, endereçado à Polícia Civil, PEFOCE, Ministério Público, Defensoria Pública e aos Magistrados de cada Vara, solicitando que indiquem quais os usuários que poderão acessar o novo painel do Programa Tempo de Justiça, com os seguintes dados: NOME/CPF/MATRÍCULA/E-MAIL.

Empós, Paulo Ítalo informou que o Tempo de Justiça Mulher abrange todo o estado do Ceará. Assim será necessário acompanhamento manual, por planilhas. Disse que tentará desenvolver uma ferramenta para facilitar o trabalho. Karla informou que em razão de restrição de acesso, não consegue acesso integral aos autos.

Na ocasião, Francisco Marcos Pereira de Oliveira informou que é possível fazer a consulta avançada do SAJ, filtrando pela classe e assunto, para apontar os feminicídios. É possível fazer um chamado no CATI solicitando acesso.



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

Posteriormente, a Desembargadora Ângela informou que foi feita uma reunião com o Dr. Cristiano, responsável pelo SAJPG, acerca do problema da distribuição dos inquéritos policiais e as cautelares, no ambiente de inquéritos. Ele informou que tentará desenvolver uma solução paliativa, para evitar que cautelares sejam distribuídas para magistrados diferentes. Depende de apoio da polícia, no momento do cadastramento. É necessário que, no momento do cadastramento da cautelar, apontar a dependência e indicar o número do inquérito policial. O Dr. Ricardo informou que orientará os delegados acerca dessa solução apontada.

Ato seguido, Francisco Marcos Pereira de Oliveira informou que pode reforçar com a distribuição que, quando uma denúncia for ofertada pelo Ministério Público, eles façam a consulta de prevenção para distribuir para a vara que tenha a cautelar mais antiga. A Desembargadora Ângela disse que oficiará à gerência judiciária através da Diretoria do Fórum solicitando essa providência.

No próximo ponto, o Dr. Julius Cesar pediu que, no novo painel seja apontado quando um laudo pericial esteja pendente. Comunicou que já estão sendo priorizadas as perícias de processos do Programa Tempo de Justiça. Afirmou que novos peritos serão nomeados em breve e será possível adiantar algumas perícias psiquiátricas. Em relação ao Consulta Integrada, asseverou que é necessário gerenciar os acessos, pois ocorreu caso de vazamento de informações que podem prejudicar investigações em andamento. Ilustrou com um caso que o laudo foi efetuado na sexta-feira, e o Ministério Público publicou uma nota no outro dia, antes da polícia ter acesso.

A Desembargadora Ângela informou ser necessário conferir quem solicitou o acesso por unidade, para evitar o aumento de casos de vazamento de dados e recomendar cautela no acesso ao sistema em razão da sensibilidade das informações ali constantes. Israel deve pesquisar quais Varas Criminais tem acesso ao Consulta Integrada.

O Dr. Julius Cesar informou que, no estado do Ceará está sendo usado do SINARM, um banco de dados de armas de fogo utilizadas e apreendidas. O Dr. Ricardo informou ser necessário priorizar os casos em que os autores do crime sem agentes de segurança. Ilustrou o caso de um policial autor de um homicídio de uma criança.



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

Neste momento, a Des. Ângela informou que o grupo de apoio aos magistrados do Júri está sendo criado. O Dr. Edilberto afirmou que o rito do júri é demorado e muitos fatores podem retardar o andamento processual. Informou que o máximo de datas serão aproveitadas para impulsionar as audiências, especialmente nos meses de férias dos magistrados titulares. Será possível marcar mais audiências por dia. Priorizando os processos de réus presos, casos de feminicídio e do programa Tempo de Justiça. Reforçou que é necessário um apoio do Ministério Público e da Defensoria Pública, que será formalizado oficialmente um pedido. Em relação ao Ministério Público, o contato é com a Secretaria Geral do MPCE, por intermédio da servidora Ana Alberto (contatos: 3492.1559/3767/3768 e 9951.5031).

O Dr. Leandro informou que já foi comunicado à Secretaria Geral da Defensoria Pública e aguarda a data de atuação desse grupo, com a pauta. A Desembargadora Ângela informou que as informações serão encaminhadas assim que a portaria for publicada.

A servidora Socorro, da 5ª Vara do Júri, informou que, em setembro, está prevista uma reforma nos salões do júri. A Desembargadora Ângela informou que a Diretoria do Fórum está avaliando locais alternativos para garantir a continuidade das sessões.

Ato contínuo, a Desembargadora Ângela apresentou os trabalhos que estão sendo realizados pela Carla e Ivo perante as Varas do Júri, que consistem em: acompanhar e atualizar o histórico e cadastro de partes dos processos, a fim de que os dados exibidos pelo painel reflitam a realidade processual. Carla e Ivo estão acompanhando os processos, inclusive as medidas cautelares.

Seguidamente, a Des. Ângela informou que o relatório apresentado pela Polícia Civil será utilizado para conferir os feitos no ambiente de inquéritos.

Por fim, a Desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves reforçou que as reuniões serão realizadas na última quinta-feira de cada mês, às 10h, na sala da ACM, no Fórum Clóvis Beviláqua. Agradeceu a presença e empenho de todos, destacou a importância do programa.

COMPROMISSOS:

| # | Compromisso | Responsável |
|----------|--|-------------------------|
| 01 | Karlos Raphael e Rafael apresentarão a versão do painel em 60 dias | Karlos Raphael e Rafael |



TEMPO DE JUSTIÇA

UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

| | | |
|----|---|--|
| 02 | Relatório dos seis primeiros meses do Programa Tempo de Justiça. | Carla e Ivo |
| 03 | Ofício-circular com as orientações referentes às tarjas e expedientes. | Des. Ângela |
| 04 | Acompanhar a criação do grupo de apoio aos Magistrados do Júri | Des. Ângela e Dra. Jacinta |
| 05 | Ofício solicitando mais um promotor para a 4ª Vara do Júri. | Des. Ângela |
| 06 | Criação de um fluxo para facilitar a comunicação e solucionar casos pontuais para evitar a frustração de audiências dos processos do Programa Tempo de Justiça, envolvendo Juízes, Promotores e Defensores Públicos. Ofício às Varas do Júri indicando o nome do Dr. Leandro como o representante da Defensoria Pública, e da Secretaria Geral do MPCE, por intermédio da servidora Ana Alberto (contatos: 3492.1559/3767/3768 e 9951.5031), caso alguma demanda seja necessária. | Des. Ângela, Dra. Márcia e Dr. Leandro |
| 07 | Entrega de planilha com o andamento dos processos para facilitar o planejamento semanal. | Carla e Ivo |
| 08 | Ofício-circular solicitando que indiquem quais os usuários que poderão acessar o novo painel do Programa Tempo de Justiça, com os seguintes dados: NOME/CPF/MATRÍCULA/E-MAIL | Des. Ângela, Carla e Ivo |
| 09 | Chamado para Carla ter acesso aos processos de todo o estado do Ceará, referente aos feminicídios | Carla |
| 10 | Orientação dos delegados de que é necessário, no momento do cadastramento da cautelar, apontar a dependência e indicar o número do inquérito policial. | Dr. Ricardo Pinheiro |
| 11 | Ofício à gerência judiciária através da Diretoria do Fórum solicitando reforçar com a distribuição que, quando uma denúncia for ofertada pelo Ministério Público, eles façam a consulta de prevenção para distribuir para a vara que tenha a cautelar mais antiga. | Des. Ângela |
| 12 | Quais Varas Criminais tem acesso ao Consulta Integrada e quem tem acesso. | Israel |
| 13 | Acompanhamento diário do andamento através da atualização de histórico de partes dos processos com a tarja do tempo de justiça, bem como cautelares e feminicídio. | Carla e Ivo |



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

Em ato contínuo, não existindo outras manifestações, a reunião foi encerrada às 12h30min, pela Desembargadora Ângela, sendo agendada a próxima reunião para o dia **31 de agosto de 2023, quinta-feira, as 10h00min, na Sala da Associação Cearense dos Magistrados - ACM.**

Lavrada a presente ata, foi a mesma enviada para o e-mail dos participantes e demais integrantes do comitê para conhecimento.